

Sumário

ABREVIATURAS XXIII

INTRODUÇÃO

Primeira Parte

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo I – AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MODERNA

- 1.1. Estado Liberal, Estado Social e o Estado Democrático de Direito: a eclosão do Estado Subsidiário
- 1.2. Direito administrativo comunitário e a organização administrativa
- 1.3. A constitucionalização do Direito Administrativo: da Administração unitária e imperativa à Administração policêntrica e consensual
- 1.4. “A fuga para o Direito privado” e as parcerias entre o poder público e os particulares: a pluralidade de regimes jurídicos
- 1.5. Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa
- 1.6. As atividades administrativas e os direitos fundamentais
- 1.7. Desconcentração e descentralização administrativa
- 1.8. A organização administrativa em setores: Primeiro Setor: Estado; Segundo Setor: Mercado; e Terceiro Setor: Sociedade civil

Segunda Parte (Primeiro Setor)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

Capítulo II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 2.1. Administração Pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo
- 2.2. Administração Pública e Governo
- 2.3. A distinção entre Administração Pública Direta e Indireta

Capítulo III – ÓRGÃOS PÚBLICOS

- 3.1. Conceito e a teoria do órgão público
- 3.2. Criação e extinção
- 3.3. Capacidade processual ou judiciária excepcional
- 3.4. Capacidade contratual e o contrato de gestão
- 3.5. Classificações

Capítulo IV – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

- 4.1. Entidades da Administração Pública Indireta
- 4.2. Características comuns das entidades administrativas
 - 4.2.1. Reserva legal
 - 4.2.2. Controle ou vinculação

Capítulo V – AUTARQUIAS

- 5.1. Conceito
- 5.2. Criação
- 5.3. Objeto: atividade típica de Estado
- 5.4. Regime de pessoal
- 5.5. Patrimônio: natureza dos bens
- 5.6. Atos e contratos
- 5.7. Foro processual
- 5.8. Responsabilidade civil
- 5.9. Prerrogativas especiais
- 5.10. Classificações
- 5.11. Agências executivas e agências reguladoras
- 5.12. Associação pública

Capítulo VI – AGÊNCIAS REGULADORAS

- 6.1. Origem e evolução das agências reguladoras nos Estados Unidos
 - 6.1.1. *New Deal* e o *boom* das agências reguladoras
 - 6.1.2. Críticas e desconfianças em relação às agências reguladoras: reforço dos controles judicial, presidencial e parlamentar
 - 6.1.3. O poder normativo das agências reguladoras americanas: o *rulemaking*
 - 6.1.4. Modalidades de agências administrativas americanas
 - 6.1.5. Lei do Procedimento Administrativo Federal de 1946 (*Federal Administrative Procedure Act* – APA): regulamentos (*rules*) e atos administrativos (*orders*)
- 6.2. Origem e fontes normativas das agências reguladoras no Brasil
- 6.3. Atividade regulatória: sentido
- 6.4. Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador
- 6.5. Modalidades de agências reguladoras
- 6.6. Regime jurídico especial
 - 6.6.1. Poder normativo e deslegalização
 - 6.6.1.1. Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida
 - 6.6.1.2. Atos regulatórios x atos regulamentares
- 6.7. Autonomia administrativa
 - 6.7.1. Estabilidade reforçada dos dirigentes
 - 6.7.2. Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio
- 6.8. Autonomia financeira e as taxas regulatórias
- 6.9. Análise de Impacto Regulatório (AIR)
- 6.10. Regulação e promoção da concorrência
 - 6.10.1. Liberdade de entrada
 - 6.10.2. Liberdade relativa de preços
 - 6.10.3. Fragmentação do serviço público (*unbundling*)
 - 6.10.4. Compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (*essential facilities doctrine*)
 - 6.10.5. Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras
- 6.11. Controle de preços
- 6.12. Regulação por incentivos ou por “empurrões” (*nudge*)
- 6.13. Acordos decisórios ou substitutivos na regulação
- 6.14. O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras

Capítulo VII – EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

- 7.1. Conceito e estatuto jurídico (Lei 13.303/2016)
- 7.2. Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista
 - 7.2.1. Composição
 - 7.2.2. Forma societária
 - 7.2.3. Foro competente para julgamento dos litígios
- 7.3. Criação
- 7.4. Objeto: serviços públicos e atividades econômicas
- 7.5. Regime societário
- 7.6. Regime de pessoal
- 7.7. Patrimônio: natureza dos bens
 - 7.7.1. Penhora
 - 7.7.2. Usucapião
- 7.8. Atos, licitação e contratos
 - 7.8.1. Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)
 - 7.8.2. Contratos das empresas estatais
 - 7.8.3. Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os *dispute boards* nos contratos das estatais
- 7.9. Responsabilidade civil
- 7.10. Controle do Tribunal de Contas
- 7.11. Imunidade tributária
- 7.12. Falência

Capítulo VIII – FUNDAÇÕES ESTATAIS

- 8.1. Natureza jurídica: fundações estatais de Direito público e fundações estatais de Direito privado
- 8.2. Conceito
- 8.3. Criação
- 8.4. Objeto: atividades sociais
- 8.5. Regime de pessoal
- 8.6. Patrimônio: natureza dos bens
- 8.7. Atos e contratos
- 8.8. Foro processual
- 8.9. Responsabilidade civil
- 8.10. Prerrogativas especiais
- 8.11. Controle

Capítulo IX – CONSÓRCIOS PÚBLICOS

- 9.1. Introdução
- 9.2. Os consórcios públicos antes da Lei n.º 11.107/2005
- 9.3. Os consórcios públicos após a Lei n.º 11.107/2005 e suas “novidades”
 - 9.3.1. Contratualização do consórcio
 - 9.3.2. Partícipes
 - 9.3.3. Personalidade jurídica
 - 9.3.4. Necessidade de autorização legislativa
- 9.4. Discussão sobre a constitucionalidade da Lei n.º 11.107/2005 – competência legislativa da União para legislar sobre normas gerais?
- 9.5. O procedimento legal para formalização do consórcio

- 9.5.1. Protocolo de intenções
- 9.5.2. Autorização legislativa
- 9.5.3. Contrato de consórcio
- 9.5.4. Personificação do consórcio
- 9.5.5. Contrato de rateio
- 9.5.6. Contrato de programa
- 9.6. Consórcio público de Direito público: associação pública
 - 9.6.1. Natureza jurídica: autarquia interfederativa
 - 9.6.2. Criação
 - 9.6.3. Objeto
 - 9.6.4. Regime de pessoal
 - 9.6.5. Patrimônio
 - 9.6.6. Atos e contratos
 - 9.6.7. Foro processual
 - 9.6.8. Responsabilidade civil
 - 9.6.9. Controle do Tribunal de Contas
- 9.7. Consórcio público de Direito privado
 - 9.7.1. Natureza jurídica: fundação estatal de Direito privado interfederativa
 - 9.7.2. Criação
 - 9.7.3. Objeto
 - 9.7.4. Regime de pessoal
 - 9.7.5. Patrimônio
 - 9.7.6. Atos e contratos
 - 9.7.7. Foro processual
 - 9.7.8. Responsabilidade civil
 - 9.7.9. Controle do Tribunal de Contas
- 9.8. Alterações legislativas promovidas pela Lei dos Consórcios Públicos
 - 9.8.1. Licitação (Lei n.º 8.666/1993)
 - 9.8.1.1. Valores diferenciados para escolha da modalidade de licitação (art. 23, § 8.º, da Lei n.º 8.666/1993)
 - 9.8.1.2. Nova hipótese de dispensa de licitação (art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993)
 - 9.8.1.3. Valores diferenciados para dispensa de licitação (art. 24, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993)
 - 9.8.1.4. Licitação compartilhada (art. 112 da Lei n.º 8.666/1993)
 - 9.8.2. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992)

Terceira Parte (Segundo Setor)

CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Capítulo X – SERVIÇOS PÚBLICOS

- 10.1. A expressão “serviço público” e sua evolução
 - 10.1.1. O serviço público na França: origem do instituto
 - 10.1.2. As *public utilities* e o sistema da *common law*
 - 10.1.3. Os “serviços de interesse econômico geral” ou “serviços universais” na União Europeia
 - 10.1.4. A crise permanente do serviço público e suas tendências
 - 10.1.5. O serviço público no Direito brasileiro

- 10.2. Criação do serviço público (*publicatio*)
- 10.3. Princípios
 - 10.3.1. Princípio da continuidade
 - 10.3.2. Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade
 - 10.3.3. Princípio da mutabilidade ou atualidade
 - 10.3.4. Princípio da generalidade ou universalidade
 - 10.3.5. Princípio da modicidade
- 10.4. Classificação
 - 10.4.1. *Uti universi e uti singuli*
 - 10.4.2. Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns
 - 10.4.3. Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais
 - 10.4.4. Essenciais e não essenciais
 - 10.4.5. Próprios e impróprios (virtuais)
 - 10.4.6. Inerentes e por opção legislativa
- 10.5. Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público)
- 10.6. Modalidades de execução: direta e indireta

Capítulo XI – CONCESSÃO COMUM DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- 11.1. Conceito, fontes normativas e modalidades
- 11.2. Concessão de serviço público e autorização legislativa: controvérsias
- 11.3. Concessão x permissão de serviço público
- 11.4. Remuneração do concessionário: tarifa e receitas alternativas
- 11.5. Licitação: peculiaridades
 - 11.5.1. Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos
 - 11.5.2. Modalidades de licitação
 - 11.5.3. Tipos de licitação
 - 11.5.4. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade
- 11.6. Contrato de concessão comum: peculiaridades
 - 11.6.1. Cláusulas essenciais
 - 11.6.2. Prazo
 - 11.6.3. Prorrogação
 - 11.6.4. Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário
 - 11.6.5. Alteração contratual
- 11.7. Encargos do poder concedente e da concessionária
- 11.8. Direitos e obrigações dos usuários
- 11.9. Serviço público e o CDC
- 11.10. Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário
- 11.11. Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades
- 11.12. Extinção da concessão
- 11.13. Inaplicabilidade da *exceptio non adimpleti contractus*
- 11.14. Arbitragem
- 11.15. Reversão dos bens
- 11.16. Responsabilidade civil
- 11.17. Autorização de serviço público: polêmicas

Capítulo XII – CONCESSÃO ESPECIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS: AS PARCEIRIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

- 12.1. Origem e justificativas para implementação das PPPs
- 12.2. Competência legislativa
- 12.3. PPPs: sentidos amplo e restrito da expressão
- 12.4. Modalidades de PPPs (PPP patrocinada e PPP administrativa) e suas diferenças
 - 12.4.1. Remuneração
 - 12.4.2. Objeto do contrato
- 12.5. Quadro comparativo (PPP patrocinada x PPP administrativa), exemplos e a questão relativa à indelegabilidade do poder de polícia
- 12.6. Concessões comuns e PPPs: diferenças
 - 12.6.1. Remuneração
 - 12.6.2. Repartição de riscos
 - 12.6.3. Requisitos específicos para as PPPs
 - 12.6.3.1. Valor mínimo do contrato de concessão
 - 12.6.3.2. Prazo contratual
 - 12.6.3.3. Objeto complexo
 - 12.6.4. Quadro comparativo (concessões comuns e PPPs)
- 12.7. O enquadramento jurídico das PPPs
- 12.8. Licitação e contratos de PPPs: peculiaridades
 - 12.8.1. Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs)
 - 12.8.2. Justificativa para formatação da PPP
 - 12.8.3. PPP e responsabilidade fiscal
 - 12.8.4. Edital e consulta pública
 - 12.8.5. Licenciamento ambiental
 - 12.8.6. Necessidade de autorização legislativa em determinados casos
 - 12.8.7. Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases
 - 12.8.8. Qualificação técnica e tipos de licitação
 - 12.8.9. Saneamento de falhas
 - 12.8.10. Arbitragem
- 12.9. Sociedade de Propósito Específico (SPE)
- 12.10. Garantias diferenciadas e a constitucionalidade do FGP
- 12.11. PPPs e os consórcios públicos
- 12.12. Responsabilidade civil nas PPPs

Quarta Parte (Terceiro Setor)

AS ENTIDADES PÚBLICAS NÃO ESTATAIS

Capítulo XIII – O TERCEIRO SETOR

- 13.1. Fundamentos do Terceiro Setor
- 13.2. Significado da expressão “Terceiro Setor” e suas características gerais
- 13.3. As qualificações jurídicas no Terceiro Setor
 - 13.3.1. Serviços sociais autônomos (Sistema S)
 - 13.3.2. Organizações Sociais (OS)
 - 13.3.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCP)
 - 13.3.4. OS x OSCIP: quadro sinótico
 - 13.3.5. Fundações de apoio
 - 13.3.6. Organizações da Sociedade Civil (OSC)
- 13.4. Aspectos relevantes e controvertidos no Terceiro Setor

- 13.4.1. Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor
- 13.4.2. Controle pelo Tribunal de Contas e controle social
- 13.4.3. Regime de pessoal
- 13.4.4. Patrimônio
- 13.4.5. Licitação e contratos
 - 13.4.5.1. A necessidade de processo objetivo para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria
 - 13.4.5.2. A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor
- 13.4.6. Responsabilidade civil
 - 13.4.6.1. A responsabilidade civil das entidades que integram o Terceiro Setor
 - 13.4.6.2. A responsabilidade civil do Estado em razão dos danos causados por entidades do Terceiro Setor
- 13.4.7. Imunidade tributária

Quinta Parte

CONCLUSÕES

Capítulo XIV – CONCLUSÃO E PROPOSIÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA